

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 954.600 - DF (2016/0190381-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : MSJ PARTICIPACOES, EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP  
**ADVOGADOS** : LEONARDO SOLANO LOPES - DF017819  
NATHALIA TORRES DE SA GUIMARAES E OUTRO(S) -  
DF050070  
**AGRAVADO** : COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA TERRACAP  
**ADVOGADO** : LUCIANA DE OLIVEIRA RAMOS E OUTRO(S) - DF034752  
**AGRAVADO** : COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB  
**ADVOGADO** : OLÍVIA DUARTE RAISA PIMENTA E OUTRO(S) -  
DF027152

**DESPACHO**

Trata-se de pedido de retirada de pauta da sessão virtual do agravo interno no agravo epigrafado, formulado por **MSJ Participações, Empreendimentos LTDA**. às fls. 962/965.

A justificar sua pretensão, a parte defende "a relevância da matéria que trará repercussão nacional e poderá estabelecer parâmetros quanto a obrigação das Recorridas nos contratos firmados, eis que até a presente data, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal não decidiu sobre a matéria que trata da obrigação da Terracap/CEB quanto a aplicabilidade da Lei 6.766/79, havendo inúmeros casos em tramitação no próprio Tribunal de Justiça" (fl. 962).

Nos termos do artigo 184-D do RISTJ, é facultado aos integrantes do Órgão Julgador expressar a não concordância com o julgamento virtual do feito. Também as partes, por meio de advogado devidamente constituído, o Ministério Público e os defensores públicos poderão, de modo fundamentado, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral.

No caso concreto, verifico que não foi apresentada fundamentação idônea a ensejar a retirada do feito da sessão virtual de julgamento, sem prejuízo do elevado crivo dos demais Pares integrantes do Colegiado.

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**